Imbituba, 10 de junho de 2011.

Exmo. Sr.

Vereador ROGBERTO DE FARIAS PIRES

DD. Presidente da Câmara Municipal de Imbituba e

Srs. Membros do Poder Legislativo

NESTA

Prezados Senhores,

De acordo com a legislação em vigor, temos a honra de vir à presença de Vossas Excelências, para a elevada deliberação desse Poder Legislativo, **EM REGIME DE URGÊNCIA ESPECIAL**, o incluso Projeto de Lei que *Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro ao Conselho Comunitário de Ibiraquera*.

A presente proposição tem como objetivo conceder auxílio financeiro ao Conselho Comunitário de Ibiraquera, visando resgatar a cultura local.

Desta forma, estamos certos de podermos contar com o apoio dos Nobres Vereadores na apreciação e aprovação deste Projeto de Lei. Atenciosamente,

> José Roberto Martins Prefeito Municipal

Anexo à Mensagem n° 061, de 10 de junho de 2011.

Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro ao Conselho Comunitário de Ibiraquera.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro ao Conselho Comunitário de Ibiraquera, inscrito no CNPJ sob o nº 86.991.155/0001-52 a importância de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

Parágrafo único. A concessão do auxílio financeiro de que trata o "caput" observará a situação financeira da Prefeitura Municipal de Imbituba.

- **Art. 2º** O auxílio financeiro a que se refere o Art. 1º destina-se à cobertura das despesas referentes à realização do I Festival da Tainha com Farinha 2011.
- **Art. 3º** Fica a entidade beneficiada obrigada a prestar contas, com referência à aplicação dos recursos repassados pelo Poder Público Municipal.

Parágrafo único. A falta de prestação de contas referida neste Artigo implica em responsabilidade do representante legal da instituição, que deverá ressarcir o Município dos valores repassados.

- **Art. 4º** As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias do orçamento do Município, que poderão ser suplementadas por ato do Chefe do Poder Executivo, para este determinado fim.
- **Art. 5º** O Poder Público Municipal firmará termo de convênio com a entidade beneficiada, cujo instrumento disciplinará as condições, formas e prazos do repasse bem como das prestações de contas.
- **Art.** 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 10 de junho de 2011.

José Roberto Martins Prefeito Municipal